

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 821/XV/1.^a

INVESTIMENTO EM MODOS DE PRODUÇÃO COMPATÍVEIS COM A ESCASSEZ DE ÁGUA E MORATÓRIA SOBRE ATIVIDADES DE CONSUMO INTENSIVO DE ÁGUA

Exposição de motivos

A situação de seca verifica-se em todo o território de Portugal continental e está a agravar-se. Em maio, as regiões Norte e Centro encontravam-se em seca moderada e a região Sul em seca severa ou extrema. Todas as bacias hidrográficas estão em estado de seca; no último ano, as bacias a sul nunca deixaram de o estar.

Nas últimas décadas, em Portugal e Espanha, a precipitação diminuiu cerca de 15%, prevendo-se que essa diminuição se acelere até ao final do século. Os estudos são claros: tanto a pluviosidade como os caudais vindos de Espanha continuarão a diminuir. Nos cenários traçados pelos atuais Planos de Gestão dos Recursos Hídricos do Mira, Sado, Guadiana e Ribeiras do Algarve, a futura redução de disponibilidade nestas bacias é estimada acima de 50%.

Perante este quadro, há erros fundamentais a evitar na tomada de decisões: desvalorizar a diminuição da disponibilidade de água como um fenómeno episódico; adotar políticas que visem proporcionar o aumento do consumo de água em setores não essenciais ou em que alternativas com uso eficiente da água existem, como o caso do regadio na agricultura, sem corrigir assimetrias territoriais; secundarizar as políticas de gestão da procura a nível setorial.

A agricultura consome mais de 75% da água captada em Portugal, sendo que apenas 15% da área agrícola é irrigada. Esta pequena fração, em que domina a agricultura intensiva e

super-intensiva - de elevado valor económico mas com pouco contributo para emprego local de qualidade, alimentação saudável e desenvolvimento rural - consome (e contamina) larga parte dos recursos hídricos disponíveis. Salvo medidas pontuais de contenção do consumo de água em períodos de maior escassez, como a recente moratória a novas culturas de abacate no Algarve ou de frutos vermelhos no Alentejo, o que está previsto é a expansão da área de regadio em 127 mil hectares e a manutenção dos subsídios públicos, com a cobrança da água muito abaixo do seu custo. Tudo em nome de um modelo agrícola sem futuro, por mais eficiente ou verde que se apresente. A expansão do regadio serve os lucros de uns poucos empresários (à custa dos milhões da PAC), mas não serve objetivos de assegurar uma alimentação acessível, saudável e sustentável e a democratização dos sistemas alimentares, ou seja, a soberania alimentar de Portugal: 90% das áreas regadas com água do Alqueva são de produção intensiva de azeite e amêndoa para exportação.

Estes interesses definem o debate público sobre a questão da água, centrando-o nas grandes obras impostas pelo aumento do regadio: mais barragens, transvases das bacias de norte para sul, dessalinização. Ora, a artificialização dos cursos de água está legalmente condicionada à inexistência de alternativas viáveis e os rios e restantes massas de água devem ter boa qualidade química e ecológica, independentemente das utilizações humanas, com caudais ecológicos e a continuidade fluvial. Além disso, há outras atividades económicas, como a pesca, o turismo, entre outras valências, que dependem da manutenção das condições naturais dos cursos de água e das bacias hidrográficas.

Note-se que Portugal não está a cumprir a Diretiva Quadro da Água que obriga que todas as massas de água atinjam o Bom Estado Ecológico em 2027. Verifica-se que 45% das águas superficiais não atingem este objetivo, nem tem havido uma melhoria entre ciclos de planeamento. Nas águas subterrâneas, descem os níveis freáticos nos principais aquíferos do país e, em casos como o do Algarve, há intrusão salina. O aumento das áreas regadas irá agravar esta situação.

O debate necessário é, pois, sobre a diminuição do consumo global de água, uma melhor distribuição do acesso para consumos fundamentais e a recuperação de práticas que permitam regenerar e reter água, designadamente na agricultura. Com esse objetivo, o Bloco de Esquerda propõe políticas responsáveis para combater a escassez da água em torno de três áreas fundamentais: gestão dos recursos hídricos, investimento na alteração

dos modos de produção e redução das perdas de água. A urgência desta intervenção é acentuada pela oportunidade do recurso combinado aos fundos da PAC e do PRR.

Com este Projeto de Resolução, o Bloco de Esquerda propõe direcionar os fundos da PAC à adaptação dos modos de produção à escassez de água e a imposição de uma moratória sobre novas atividades de consumo intensivo de água.

O plano de expansão do regadio deve ser amplamente revisto no imediato com o objetivo de reabilitar os perímetros existentes (há perdas superiores a 35%), de apoiar projetos de menor escala que permitam uma maior distribuição territorial dos benefícios da água ao mesmo tempo que apoiam culturas e produções que recuperem os solos e as suas condições de drenagem e reduzam as necessidades hídricas no curto, médio e longo prazo. Os apoios públicos devem servir para adaptar a agricultura e pecuária às alterações climáticas e à seca, apoiar os milhares de agricultores e agricultoras de pequena dimensão que abastecem os mercados locais e regionais e mantêm o mundo rural vivo e a revitalização das condições agroecológicas para as gerações futuras. Isso implica duas mudanças fundamentais: fim da subsidiação do preço da água no sistema global de rega do Alqueva e nos perímetros de rega Tejo e Ribeiras do Oeste, Vouga, Mondego e Lis, e Sado e Mira, onde se dão os maiores consumos de água; e a alteração das regras de acesso a fundos da PAC, assumindo como prioridades modos de produção diversificados e apostados na recuperação de solos e retenção de água, culturas de sequeiro e regadios de outono/inverno que garantem maior produtividade da água e maior cobertura territorial.

No caso da agricultura, da floresta e da pecuária, é necessário apoiar ainda os modelos de produção que travem a erosão hídrica dos solos, garantindo menores perdas de água por escoamento superficial através de maior capacidade de drenagem e armazenamento de água. É necessário promover a regeneração de solos agrícolas e florestais, com substancial aumento dos níveis de matéria orgânica do solo. Os fogos florestais, especialmente em monoculturas de eucaliptos, impermeabilizam os terrenos, diminuindo a infiltração para os aquíferos.

A alteração dos modos de produção não deve restringir-se à agricultura, à floresta e à pecuária. Além de impor restrições mais apertadas na produção industrial, é fundamental travar a expansão dos grandes empreendimentos turísticos, como os que estão previstos para o litoral alentejano, impor novas regras de uso eficiente da água nos já existentes (reutilização de água nos campos de golf, entre outras) e impedir novos usos supérfluos.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1- A título excecional, imponha uma moratória a novos empreendimentos turísticos em territórios em situação de seca severa e extrema e obrigue a avaliação de impacto ambiental do conjunto de licenciamentos do mesmo tipo em cada região;
- 2- A título excecional, e devido à severidade da seca, imponha uma moratória a novas áreas de regadio e obrigue a avaliação de impacto ambiental do conjunto de licenciamentos do mesmo tipo em cada região;
- 3- Ponha fim à subsidiação do preço da água no sistema global de rega do Alqueva e nos perímetros de rega Tejo e Ribeiras do Oeste, Vouga, Mondego e Lis, e Sado e Mira, onde se dão os maiores consumos de água;
- 4- No quadro da atribuição dos fundos da PAC, assuma como prioridades modos de produção diversificados e apostados na recuperação de solos e retenção de água, culturas de sequeiro e regadios de outono/inverno.

Assembleia da República, 30 de junho de 2023.
As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua;
Catarina Martins; Isabel Pires; Joana Mortágua